

Apresentação

Brevíssima história da literatura comparada

Celeste H. M. Ribeiro de Sousa

Hugo Dyserinck, comparatista de renome internacional, diante da tão propalada eterna crise da literatura comparada, tem-se ocupado em seus mais recentes ensaios, com o restabelecimento da trajetória da disciplina, iluminando os percalços por que passou e as conseqüências que, daí, advieram.

Assim, remete-nos ao alemão Johann Gottfried von Herder (1744-1803) que, com sua construção romântica de “povo”, a unir numa única entidade língua, literatura, arte, filosofia, política, história, recorte geográfico, foi, no mundo moderno ocidental, o grande construtor das circunstâncias que haveriam de aninhar a literatura comparada.

A franco-suíça Madame de Staël, com seu livro *De l’Allemagne* de 1810, foi a primeira comparatista de grande repercussão. Criou, a partir de suas experiências, uma identidade cultural para a Alemanha e outra para a França.

Ela havia situado a diferença, melhor dizendo, a oposição *Alemanha-França* em três níveis diferentes, desenvolvendo assim uma estrutura, que haveria de se tornar o modelo mais bem sucedido de imagotípias bipolares conhecido até o momento na Europa.

A Alemanha, como elemento nuclear do norte europeu (“le Nord”), era para ela, visto de uma perspectiva intelectual, o país do Romantismo, enquanto a França e os países românicos em geral (“le Midi”) eram dominados pela tradição do Classicismo, marcado pela razão. Do ponto de vista religioso, a Alemanha era para ela o país do protestantismo, enquanto a França permaneceu marcada pelo catolicismo. E, politicamente, a Alemanha era dominada por um ímpeto de liberdade, há séculos desenvolvido contra a dominação romana, ao passo que a França (ao tempo de Madame de Staël um império e uma monarquia absolutista) sempre foi caracterizada por forças e maneiras de pensar autoritárias. Não foi por acaso que se desenvolveu, justamente a partir desta última oposição, a imagem de uma Alemanha, que sempre se impunha pelo “movimento” (e pelo ímpeto de mudanças), enquanto que a França se mantinha caracterizada pelo conservadorismo “estático”, o que, ainda em meados do século XX, é retomado por um Jean Giraudoux, na seguinte fórmula lacônica: “L’Allemagne est le mouvement et la France le repos”.¹

Alguns estudiosos passaram a se interessar pelo assunto e o levaram à academia: François Villemain à Sorbonne, em 1827/28, num curso comparativo sobre literatura e

¹ Dyserinck, Hugo - Einheit trotz Verschiedenheit: EU-Erweiterung und Gesamteuropäisches Kulturbewusstsein. In: Peeters, Roger (Ed.) - Europe’s identity, culture and values .Amsterdam. Bruxelas, Stichting Christenen voor Europa v.z.w., 2004, p.125-133. Este ensaio encontra-se traduzido, nesta coletânea, por Alceu João Gregory, pesquisador do grupo RELLIBRA “Relações lingüísticas e literárias Brasil-Alemanha”. Revisão de Celeste H.M.Ribeiro de Sousa, coordenadora do grupo.

cultura do século XVIII e, também, na publicação, de 1842, *Histoire comparée des littératures française et espagnole* (História comparada das literaturas francesa e espanhola); Jean Jacques Ampère à Escola Normal Superior, em 1830, e ao Collège de France, em 1833, através de uma docência acentuadamente comparativa sobre literaturas européias; Philarete Chasles ao Ateneu, em 1835, com o “Curso de literatura comparada” e, depois também, ao Collège de France; Frederic Ozanam à Sorbonne, em 1840, com estudos comparados das literaturas francesa e alemã; Louis Benloew à universidade de Dijon, em 1848, com sua aula inaugural *Introduction à l’histoire comparée des littératures* (Introdução à histórica comparada das literaturas); A. Delatouche, jurista, à sociedade em geral, em 1859, quando publicou *Cours de littérature comparée* (Curso de literatura comparada).

Entretanto, na Alemanha e em outros países, a força das filologias nacionais revelou-se muito forte, em oposição à literatura comparada.

Contudo, só se pode falar de um verdadeiro início da literatura comparada, como disciplina autônoma, quando esta começa a se desenvolver, isto é, quando começa a impor-se como disciplina de estudos supranacionais, ao lado, mas independente, das filologias nacionais, ou seja, na segunda metade do século XIX. E isto acontece com a fundação, em 1877, da primeira revista multilingual especializada no assunto, por Hugo Meltzl de Lomnitz na universidade de Klausenburg, hoje pertencente à Romênia, suspensa por motivos ainda não esclarecidos em 1887. Nela exercia-se a crítica ao pensamento nacionalista, trabalhado pelas filologias, sem querer, no entanto, lesar a particular maneira de ser de qualquer povo. O objetivo era, à época, fazer uma reflexão sobre a comparação das literaturas, discutir a problemática referente à sua tradução. O grande problema que se apresentava, à data, residia no conceito nebuloso de “nação” por detrás das “literaturas individuais de determinadas comunidades”, de modo que, muitas vezes, quando “nação” e “estado” se superpunham, a suposta literatura “nacional”, se confundia com a literatura “individual” da comunidade, e, quando dentro de um estado havia várias nações, ou ainda, quando dentro de uma nação havia vários estados, nítidas fronteiras eram forçadas, o que atrapalhava as investigações da literatura comparada.

Neste mesmo ano de 1887, Max Koch também funda em Berlin a revista “*Zeitschrift für Vergleichende Literatur*” (Revista de literatura comparada) que durará até 1910. Entretanto, na introdução, o editor esclarece que o estudo da literatura internacional, apoiado pela revista, serve ao melhor conhecimento das literaturas nacionais. Considerava-se Lessing, dentro da literatura alemã, como o gênio que, ao comparar a literatura francesa com o teatro grego, hispânico, italiano e inglês, libertara o teatro alemão de um jugo cultural opressor, permitindo-lhe ser alemão. É mister perceber que a verdadeira mola propulsora da literatura comparada esconde-se na atitude rebelde de alemães como Lessing, Herder, Schiller, Tieck, os irmãos Schlegel, contra a influência cultural francesa. Os dois impulsos, de um lado, o cosmopolita e inter-nacionalista, amparado na filosofia e na ideologia iluministas, de outro, a prática sócio-cultural calcada na idéia de “nação”, contribuem para a sedimentação e sistematização de uma metodologia comparatista a abrir uma área de reflexão que haverá de se desdobrar em 2 direções: rumo ao historicismo e rumo à tematologia (*Stoffgeschichte*).

Apesar de ter nascido na Alemanha, por assim dizer, é na França, contudo, que a literatura comparada é formatada em disciplina, introduzida na universidade, e mantida com regularidade.

Em 1892, Joseph Texte, nomeado para universidade de Lyon, coloca a pedra fundamental para a consolidação do ensino de literatura comparada através de sua

conferência “L’ influence des littératures germaniques sur la littérature française depuis la Renaissance” (A influência das literaturas germânicas sobre a literatura francesa depois da Renascença). Durante toda a sua docência mostrará um pensamento sempre pautado pela reflexão literária supranacional, dirigida ao cultivo de um “espírito europeu”.

Falecido Joseph Texte, Fernand Baldensperger sucede-lhe, em 1910, na cátedra de Lyon. Em sua aula inaugural põe em evidência a “literatura européia”, referindo-se ao conceito de “Weltliteratur” (literatura mundial) celebrado por Goethe.

Meses antes, em Paris, realizara-se um congresso de história comparada, aberto por Ferdinand Brunetière, discípulo de Texte, com um pronunciamento também sobre a “literatura européia”, uma unidade orgânica, uma unidade de grande variedade, vista de uma perspectiva supranacional. Brunetière chega a mencionar a necessidade da criação de outras cátedras comparatistas.

Em 1910, Baldensperger transfere-se para a Sorbonne, para a recém-fundada cátedra de comparatística, de onde haveria de sair um núcleo formador da assim chamada Escola Francesa de Literatura Comparada, de renome internacional. Em seu livro *La littérature, création, succès, durée* (A literatura, criação, sucesso, duração), de 1913, o autor tece novas e sólidas bases para a reflexão literária supranacional. Num artigo de 1921, intitulado “La littérature comparée. Le mot et la chose” (A literatura comparada. A palavra e a coisa), renova a disciplina, separando-a da antiga história temática e da pesquisa das fontes de cariz positivista. Desloca, assim, o foco de interesse para o estudo das relações, para a investigação da recepção, o que eleva a disciplina a um patamar civilizatório.

Depois da Primeira Grande Guerra uma cátedra de literatura comparada é também aberta em Strassburg.

Mas a Primeira Guerra Mundial e também a Segunda, a exigirem a defesa de fronteiras e a forçarem o pensamento nacional, acabam por dificultar a trajetória supranacional da literatura comparada: a par do reconhecimento de que a literatura comparada poderia ser o veículo de uma “liga de povos”, tomam corpo sentimentos patrióticos poderosos.

E, talvez, tenha sido justamente esta dialética intensa entre o nacional e o supranacional, associada ao positivismo, que tenha levado ao desinteresse generalizado pela disciplina, apesar de diversas tentativas de institucionalização, muitas malogradas, tanto na Alemanha, quanto na Itália, na Suíça, na Inglaterra, na Dinamarca, nos USA, onde em conjunto com estudiosos locais, ou separadamente, alguns comparatistas franceses passaram a atuar.

Entretanto, na França, a literatura comparada, apesar das dificuldades não perde o fôlego.

Em 1921, Baldensperger funda a *Revue de Littérature Comparée* (Revista de Literatura Comparada), redigida em francês e inglês, porta-voz internacional da literatura comparada até hoje.

Em 1925, Paul Hazard, discípulo de Baldensperger, transfere-se de Lyon para o Collège de France. Em 1935, publica *Crise de la conscience européenne* (Crise da consciência européia), em que o fenômeno é visto de uma perspectiva supranacional como genérico e europeu. Neste mesmo ano, Baldensperger ocupa nos USA a cátedra de literatura comparada em Harvard.

Depois da Segunda Grande Guerra, a disciplina é introduzida em todas as universidades francesas, onde pontificam Paul van Tieghem, Jean-Marie Carré, Marius-François Guyard.

Paul van Thieghem reforça a perspectiva supranacional em uma nova sistematização, distinguindo (de maneira equivocada) duas áreas de pesquisa: a área da literatura comparada, em que se pesquisam as relações entre duas literaturas (por exemplo, a recepção de Schiller na França), e a área da literatura geral, em que se pesquisam os fenômenos que ocorrem simultaneamente em várias literaturas (por exemplo, a natureza do Romantismo europeu). Ora, na verdade, as duas áreas são literatura comparada.

Jean-Marie Carré que tinha ocupado a cátedra de literatura comparada na Columbia University em New York, de 1922 a 1923, e que publicara, entre muitos outros, o livro *Images d'Amérique* (Imagens da América), estabelece a diferença conceptual entre “imagem” e “miragem” e recupera, assim, uma linha de pesquisa denominada de imagologia². A literatura comparada preocupava-se, até então, com a possibilidade do estabelecimento de uma “literatura geral”, a partir da identificação de convergências e de diferenças no interior de um determinado período literário comum a várias literaturas, e com a investigação das influências de uma literatura sobre a outra, bem como da recepção de uma literatura por outra, dando ensejo à criação de hierarquias. Almejava chegar a estabelecer uma literatura universal ou geral, ultrapassando todas as barreiras lingüísticas. Diante de metas tão ambiciosas, a imagologia desponta, com Carré, como uma linha de pesquisa dentro da literatura comparada, de ambições menores, mas com objeto de pesquisa claramente definido, e que, portanto, passa a ser cultivada e refinada dentro da academia francesa. De fato, com Carré, a imagologia passa a integrar o programa acadêmico francês e, com ela, também os estudos de recepção, bem como a investigação das relações de contato entre literaturas ganham outra dimensão. Entretanto, em paralelo à imagologia, uma outra disciplina que, com ela, dividia interfaces, tomava corpo: a “psicologia dos povos”, isto é, os primórdios da “etnopsicologia”, uma incipiente psicologia social, que acreditava poder explicar causalmente as supostas diferenças essenciais entre comunidades denominadas de “povos” e de “nações”. O crescimento paralelo entre imagologia e “psicologia dos povos” haveria de causar muitas confusões entre o alcance e o rigor metodológico das duas novas disciplinas, apesar de Carré ter-se empenhado no descarte das tentativas de explicar diferenças e afinidades em termos de “psicologia dos povos” e na recusa da identificação/avaliação de um povo apenas através das obras literárias por ele produzidas. Por causa das interferências/intersecções entre literatura comparada, imagologia e “psicologia dos povos” (entre outros), acaba por passar despercebida a correção da trajetória da literatura comparada levada a cabo por Carré, ao focar a imagologia, de limites e objetivos claros, no seio da literatura comparada, de objetivos por demais amplos e difusos.

Seu discípulo Marius-François Guyard segue os passos do mestre, dedica pela primeira vez em sua *Literatura comparada*, publicada em 1951, um capítulo à imagologia e dá-lhe o título de “L'étranger tel qu'on le voit” (o estrangeiro tal como se o vê), fortalecendo assim a distância entre a perspectiva “imagológica”, que leva em consideração a relatividade atinente ao observador, tem um objeto de pesquisa preciso e método cientificamente delineado, e a perspectiva “etnopsicológica”.

Com o final da Segunda Grande Guerra e com o fim do delírio da raça ariana pura, alimentado pelo Nacional-Socialismo alemão, o interesse pela “psicologia dos povos” reflui, compreensivelmente, pelo mundo afora e, em particular, na Europa. Quando se realiza o primeiro congresso internacional da Associação de Literatura

² - Leia-se: Sousa, Celeste Ribeiro de - *Do cá e do lá. Introdução à imagologia*. São Paulo, Humanitas, 2004, principalmente a Parte I.

Comparada em 1955, em Veneza, assim se define o objetivo da disciplina: “promover o estudo da literatura do ponto de vista internacional. Ela se esforça para atingir este objetivo através da cooperação internacional”.

Até hoje, os estatutos da ICLA, adotados na Assembléia Geral de Veneza (1955) e alterados em Fribourg, Bordeaux, Innsbruck, New York, Paris, Edmonton e Leiden, declaram que o objetivo principal da Associação continua a ser “promover o estudo da literatura do ponto de vista internacional. Ela se esforça para atingir este objetivo através da cooperação internacional”.

Mas, ao tempo em que Jean-Marie Carré e Marius-François Guyard representam a literatura comparada na França, e lhe começam a corrigir a rota, abrindo a possibilidade ao seu desenvolvimento através da imagologia, que dispunha de objeto de investigação preciso e método cientificamente elaborado, tanto a literatura comparada quanto a imagologia sofrem um forte abalo com os pronunciamentos do checo-americano René Wellek nos dois primeiros congressos internacionais da especialidade: em 1955, no primeiro congresso da ICLA (International Comparative Literature Association), em Veneza, com o texto “The concept of comparative literature” (O conceito de literatura comparada) e, em 1958, no segundo congresso da mesma associação em Chapel Hill, com a comunicação “The crisis of comparative literature” (A crise da literatura comparada). René Wellek levanta toda uma celeuma, baseado nas novas perspectivas literárias elaboradas pelos formalistas russos e pelos lingüistas do Círculo de Praga, bem como pelo “new criticism” americano, com sua defesa do texto literário como artefato fechado em si mesmo, da necessidade de “close reading” e da exclusiva importância da imanência do texto para os objetivos precisos da crítica e da teoria literárias. Entretanto, há nesta celeuma, bastantes equívocos, tal como se reconhece hoje: o texto literário constitui apenas um elemento dentro de um complexo processo de comunicação, em que nem o autor, nem o leitor, e suas circunstâncias podem ser descartados. Assim, também ao enfatizar tão veementemente que à literatura comparada não cabia fazer o que se dizia ser da alçada da “psicologia dos povos”, Wellek confessa a sua aceitação de tal disciplina como cientificamente legitimada! Apesar de tudo isto ter sido levantado, o peso e a repercussão das demais obras de Wellek sobre teoria da literatura e a história da crítica literária em vários volumes, ao desviarem para si a atenção, parecem ter contribuído para a estabilização dos equívocos, o que provocou o “recesso” não só da literatura comparada, como também da imagologia.

Nos anos 60 surge nos USA o debate multicultural em torno da questão dos direitos civis dos negros. As raízes históricas de sua cultura e, portanto, o colonialismo/pós-colonialismo, são trazidos ao palco das discussões. A comparação entre as distintas expressões culturais (e literárias) é inevitável e, assim, o multiculturalismo chega à literatura comparada, como um desdobramento, e, à semelhança da imagologia, tem um objeto preciso de pesquisa. A partir dos anos 90, chega à Europa e à América do Sul com um enfoque semelhante ao americano: o tratamento político das questões da diversidade cultural, porque, tanto na América do Sul, quanto na Europa, a diversidade cultural já era um fato conhecido. O que se passa a fazer agora é combater o etnocentrismo branco, ou o eurocentrismo, em busca de uma utópica universalidade, coisa que a literatura comparada já perseguia. Na União Européia, por exemplo, (a braços também com os imigrantes), a problemática é, hoje, candente: haverá uma cultura comum ou várias, como proceder?

Dyserinck retoma, a partir da década de 60, a literatura comparada cultivada na academia francesa desde o século XIX, já surgida da necessidade de entender o multiculturalismo europeu, alude à sua difícil convivência com as modernas filologias

nacionais, mostra como a chamada “psicologia dos povos” surge em paralelo como uma outra linha de pesquisa que, no entanto, com ela divide interfaces, bem como explica que, se a literatura comparada tem em comum com a “psicologia dos povos” o fato de perseguir metas por demais ambiciosas, sem o respaldo, nem de métodos, nem de bases científicas, a imagologia desenvolve-se numa outra direção, oposta à da “psicologia dos povos”, além de poder recorrer a objetivos de pesquisas bem delineados e a métodos cientificamente elaborados.

Em 1967, enquanto a imagologia era retirada de todos os programas de literatura comparada na Alemanha, devido às novas formatações curriculares, fundava-se na universidade de Aachen o Programa de Imagologia, como um desdobramento ou a continuidade da literatura comparada de cariz francês. O objetivo e o alcance da imagologia tornam-se cristalinos: “O objetivo da imagologia é contribuir, entre outros, para a discussão e superação de ‘formas de pensar nacionais’. De forma concreta: ela deve investigar e analisar a função das imagens e estruturas imagotípicas em obras literárias dos séculos passados e fazer uma revisão desideologizante das publicações de caráter histórico literário e crítico, que não raro se envolveram com o que referimos como ideológico e ideologizante. Trata-se, portanto, de uma disciplina com relevância social, política, cultural e antropológica com o objetivo de aprender sobre o passado em favor do presente e do futuro. A imagologia esforça-se para oferecer perspectivas antes não reconhecidas das relações intelectuais que superam fronteiras e interdependências. Quando voltada para o futuro, vê como sua função a desideologização de imagens e estruturas imagotípicas nas obras contemporâneas, tornando-as inócuas e neutras. Falando de outra forma: trata-se da desideologização do pensamento humano por meio de análises de imagens que ainda manifestam e desenvolvem estruturas imagotípicas, para banir do futuro o mal que advém da velha crença dominante, presente na “psicologia dos povos”, em uma diferença condicionada e determinista, entre esses mesmos povos. [...] A superação do pensar em categorias nacionais e, em especial, em categorias “populares” (seja preconceitos, estereótipos, etc.) é, entre outras tarefas, o objetivo principal da imagologia, a par de uma compreensão para além das fronteiras - o que já estava presente nos primórdios dos estudos comparados europeus.”³

Diante da meta ambiciosa da literatura comparada, sem lastro científico suficiente para seu imenso projeto, outros desdobramentos, irmãos da imagologia, explodem: tradução, recepção, multiculturalismo/interculturalidade/hibridismo, colonialismos/pós-colonialismos (pelo menos o espanhol e o português são diferentes do canônico britânico), literatura de minorias (gays, feministas, etc), estudos interartes.

Em seus mais recentes ensaios, Hugo Dyserinck insiste em chamar a atenção para o que ele chama de teimosia europeia, ou seja, para o fato de que, na Europa, apesar da União, não se consegue deixar de pensar em termos de categorias nacionais, quando está mais que mostrado e comprovado que, tanto o conceito de povo, quanto o de nação, não passam de constructos discursivos. Segundo o estudioso, as várias entidades que constituem a diversidade europeia não são os estados, mas os povos e as linguagens regionais. As diferenças de caráter evocadas para distinguir povos ou grupos étnicos não se baseiam na realidade, mas em imagens e concepções. No correr da

³ Dyserinck, Hugo – Von Ethnopsychologie zu Ethnoimagologie. Über Entwicklung und mögliche Endbestimmung eines Schwerpunkts des ehemaligen Aachener Komparatistikprogramms. In: Pál, József & Szili, József - *Neohelicon*. Acta Comparationis Litterarum Universarum. Budapest/London, Akadémiai Kiadó/ Kluwer Academic Publishers, 2002, S. 57-74. Trad. de Jael Glauce da Fonseca, pesquisadora do grupo RELLIBRA - “Relações lingüísticas e literárias Brasil-Alemanha”. Revisão de Celeste H.M.Ribeiro de Sousa, coordenadora do grupo.

história, as nações existentes não eram senão estruturas artificiais e temporárias; não eram eternas e muito menos sagradas. Os comparatistas não se limitam, hoje, a desconstruir termos como “caráter nacional”; puseram também em foco o termo “povo” e, fazendo isso, colocaram igualmente em questão, entre outros, o termo “estado-nação”. Um exemplo de contrários imagotípicos entre duas entidades nacionais européias pode ser encontrado, como se viu anteriormente, no livro de Madame de Staël *D’Allemagne* de 1810. Tais estruturas imagotípicas adotadas por muitos autores acriticamente mostraram-se difíceis de eliminar. Só ao final do século 20, graças aos estudos comparados, críticos e racionalistas, ficou demonstrado o quanto tais teorias ou outras semelhantes provenientes da chamada “psicologia étnica” eram equivocadas. A partir de exemplos tirados de entidades estatais como a Alemanha, a Bélgica e os Países Baixos, Dyserinck expõe as várias ilogicidades que caracterizam tais entidades e sublinha a falta manifesta de similaridade entre o que é aceito e o que se pensa. Sentimentos de lealdade regional, muitas vezes, não passam de expressões de desejo de segurança e de proteção. Houve tempo em que a linguagem era considerada capaz de oferecer essa segurança. Daqui procederia a expressão “minha língua é a minha pátria”. Segundo o pesquisador, é preciso pensar estes sentimentos de lealdade regional, assim como os desejos de segurança e proteção, os quais são naturalmente avessos a qualquer forma de patriotismo ou “patriotidade”.

Fontes bibliográficas:

DYSERINCK, Hugo – *Komparatistik. Eine Einführung*. Bonn, Bouvier, 1977.

SOSA, Celeste Ribeiro de - *Do cá e do lá. Introdução à imagologia*. São Paulo, Humanitas, 2004.